

Presidente do Sindicato é agraciada com título legislativo



Edna recebe o título do vereador Edson Souza

A Câmara Municipal de Divinópolis/MG concedeu título legislativo para a presidente do STEFBH, Edna Bezerra, pelo trabalho realizado pela entidade em favor dos ferroviários.

PÁGINA 4

Sindicato ilegítimo barrado em Minas

O Sindifer, que pretendia utilizar base de trabalhadores da CVRD em Minas, foi declarado ilegítimo como representante dos ferroviários em nosso Estado.

PÁGINA 3

GOVERNO CÃO

O mundo sindical está de "queixo caído" com o que considera traição de um governo construído basicamente com o voto fundamentado em compromisso com questões dos trabalhadores.

O Governo Lula consegue ser mais trágico do que os anteriores no arrocho sobre a sociedade e, sobretudo, contra os trabalhadores.

PÁGINA 4

FERROVIÁRIOS

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte - STEFBH - JUL/2004



SEDE DA LUTA FERROVIÁRIA

O STEFBH está de sede nova, em imóvel mais amplo e com melhor estrutura para atender aos ferroviários.

A nova sede do Sindicato fica na Avenida Assis Chateaubriand, 291, bairro Floresta, Belo Horizonte, quase esquina com Av. Francisco Sales.



Conquistamos no TST 14% de reajuste na RFFSA

Julgamento realizado no Tribunal Superior do Trabalho (TST), Brasília, dia 1º de junho, determinou à RFFSA reajustar os salários da categoria em 14%, apesar de já ter feito acordo com sindicatos cutistas em apenas 9%. A vitória dos trabalhadores aconteceu em sentença do Dissídio Coletivo movido pelo STEFBH, Federação Nacional dos Ferroviários e outras entidades. **PÁGINA 3**

Começa negociação do Acordo Coletivo com a CVRD

As negociações do Acordo Coletivo 2004/2005 com a CVRD foram iniciadas no último dia 24 de junho, no Rio de Janeiro.

Este primeiro encontro foi para acertar datas de negociação e para a garantia pela empresa da data-base em 1º de julho bem como a garantia do acordo vigente até 1º agosto/2004.

O Grupo RENOVAÇÃO, composto pelas entidades: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas



Ferrovíarias de Belo Horizonte - STEFBH (com base em MG, RJ, SP, GO e DF), Metabase de Mariana, Metabase de Brumadinho, Técnicos de Minas Gerais e Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários estão desenvolvendo de forma unificada a Campanha Salarial 2004.

Está marcado para os dias 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro, nova rodada de negociações do Grupo.

Justiça declara Sindifer ilegítimo para representar ferroviários em MG

Através do processo n 024.03996.619-7, movido pelo Sindicato dos Ferroviários de Vitória – Sindifer, a Justiça declarou tal sindicato como “não legítimo” para representar os ferroviários de Minas Gerais nas áreas compreendidas pelas seguintes cidades: Aimorés, Ituera, Resplendor, Conselheiro Pena, Tumiritinga, Governador Valadares, Açucena, Belo Oriente, Ipatinga, Coronel Fariciano, Timóteo, Antônio Dias, Nova Era, Bela Vista de Minas, Itabira, João Monlevade, Rio Piracicaba e outras.

A comprovação da legitimidade de titularidade de determinada base territorial se faz através da Carta Sindical, que é o registro no órgão competente, o Ministério do Trabalho e Emprego.

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Vitória tem como base territorial apenas o município de Vitória (ES), pois é o que consta de seu registro no Ministério do Trabalho e Emprego.

A Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, de acordo com o Art. 611 da CLT é quem representa legalmente os trabalhadores ferroviários nas cidades acima citadas. Com a decisão da Justiça, a última “Contribuição Sindical” descontada dos trabalhadores foi depositada em juízo em favor da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários. A Contribuição descontada fica depositada em juízo para seu legítimo representante.

Adicional de Periculosidade

O STEFBH garantiu, na negociação do ACT/2003/2004, o adicional de periculosidade de 30% para os trabalhadores em atividade com equipamentos elétricos. Devemos ressaltar ainda que garantimos o pagamento

integral dos 30%, não permitindo qualquer cálculo que pudesse considerar tempo de exposição ao risco. Desde março/2004, a CVRD vem cumprindo com o acordado, tendo acertado também o retroativo.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE BELO HORIZONTE

Av. Assis Chateaubrian, 291 - Floresta B. Horizonte - CEP 30150-100 - Tel (31) 32715049 - 32711455 - 32715238 - 32717418 - Fax 3226-3745 - e-mail: stefbh@veloxmail.com.br

Presidente: Edna Ribeiro Bezerra

Diretoria Anacleto Bernardes Neto, Carlos Antônio Pereira Vitória, David Eliúde Silva, Luiz Cláudio Pimenta, Mauro Rocha de Assumpção, Myrian Viana Cypreste, Neusa Pedrosa Pimenta, Ronaldo Moreira Araújo, Williman Hestefany da Silva

Conselho Fiscal: Edmar Geraldo Lima, Geraldo José Ferreira, Wanda Passos de Carvalho

Edição: José Geraldo Ribeiro - MG 02717 JP
Impressão: Fumarc - 5.000 exemplares

Acordo extra na FCA reajusta salários em 14% e 30%

Os trabalhadores na FCA deram uma importante demonstração de força e de organização, com um movimento relâmpago em março, para realização de uma paralisação entre os dias 5 a 7 de maio.

O movimento dos maquinistas do Horto Florestal e Grande-BH exigia a correção de desigualdade salarial dentro da empresa, forçando a abertura de negociações entre os patrões e o Sindicato. Estas negociações redundaram na implantação de uma nova política de remuneração dentro da FCA. Os salários dos maquinistas foram reajustados em 14% e o pessoal da via permanente em 30%.

Deve-se ressaltar que estes reajustes fora de data-base e que beneficiou, sobretudo os companheiros de menores salários só foi possível pela extraordinária mobilização dos ferroviários, respaldando o STEFBH na mesa de negociação com a empresa.

MONOCONDUÇÃO

O STEFBH foi chamado, junto com a FCA, MRS e CVRD, a comparecer na Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MG) para a discussão de um assunto que aflige maquinistas, com a teimosia das empresas em tentar manter o sistema de monocondução para o funcionamento dos trens.

Recentemente, decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassou liminar concedida pela Justiça Federal à FCA e que permitia a utilização da monocondução, fazendo valer a determinação da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT), que exige a presença de dois maquinistas (duplacondução) para conduzir locomotivas.

Com a decisão do STJ em relação à FCA, entendemos que a proibição do sistema de monocondução deve também ser cumprida pelas demais empresas, evitando risco de acidentes graves para os maquinistas e para a própria população onde trafegam os trens. Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres, não há dúvidas de que um sistema que só permite a visão do maquinista de um lado da locomotiva não traz qualquer segurança para a vida dos trabalhadores e de todos que estão ao seu redor. “Por isso, a adoção da duplacondução viria a diminuir os riscos de acidentes e garantiria melhores condições de trabalho às pessoas, que, apesar de todos os problemas, se dedicam ao transporte ferroviário”.

Reunião na DRT-MG

Nosso Sindicato e as empresas foram convocadas pela DRT de Minas para abriremos as discussões sobre a prática da monocondução. O modelo correto prescreve que o trem deve ser conduzido por dois profissionais na cabine, dada a quantidade de ângulos de atenção absolutamente necessários. O maquinista precisa ficar atento na linha, à frente, à calda do trem pelo lado esquerdo e direito, além de responder rádio, verificar equipamentos e outros. Absolutamente sozinho, os riscos de acidente são latentes, como aconteceu com composições da FCA em Ibiá e Uberaba.

Com a discussão na DRT buscaremos sanar este grave problema, de forma a definirmos a regulamentação de procedimentos que não permitam a interpretação dúbia para prejudicar os trabalhadores com a exploração e destinando todos ao risco de acidentes. Além de eliminarmos as condições perigosas, entendemos que o melhor é o cumprimento imediato da lei e não buscar viés interpretativo que mantenha espaço para tragédias e passivos trabalhistas.

Categoria conquistada no TST reajuste de 14% na RFFSA

Em sentença no último dia 1º de junho, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) garantiu reajuste salarial de 14% para os trabalhadores da RFFSA, aposentados e pensionistas com direito à paridade.

Esta é uma grande vitória da categoria, que manteve o processo de dissídio coletivo no TST e que não aceitou os 9% do acordo assinado por sindicatos ligados à CUT no final do ano passado. Certamente, o acordo precipitado dos cutistas, que se sujeitaram ao menor índice, dificultou um maior avanço no percentual conquistado na Justiça, que passou a ter os 9% como parâmetro

POSIÇÃO DE LUTA

Apesar das pressões dos sindicatos cutistas, o STEFBH e outras entidades capitaneadas pela Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, mantiveram o processo, já que ministro do próprio TST havia tentado uma conciliação em que o índice poderia ter chegado até a 27,31%. A presidente do STEFBH, Edna Bezerra, participou de todas as reuniões com o TST, em Brasília, e sempre manifestou sua indignação com as iniciativas de entidades sindicais que agiam com postura como se estivessem dando sustentação como base governista. Edna lembra que os 14% conquistados no TST desmascara a traição do acordo de 9% e demonstra que sem unidade, são os trabalhadores os únicos prejudicados.

ERROS E TRAIÇÕES

Apesar de representarem apenas uma pequena parte da categoria, sindicatos ligados à CUT assinaram em dezembro passado acordo com a RFFSA aceitando uma proposta de reajuste salarial de apenas 9%, mesmo diante de uma proposta de reajuste



Edna Bezerra: "manutenção do dissídio e da luta"

conciliatória de 27,31% do vice-presidente e instrutor do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Vantuil Abdala.

Este grupo minoritário de sindicatos, que representa cerca de 20% da base dos ferroviários, traiu o processo de negociação conjunta que era desenvolvido por sindicatos de todo o País, unificados através da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários.

Como já dissemos antes, reiteramos para os trabalhadores que não aceitaríamos a proposta esdrúxula da RFFSA aceita pelos sindicatos cutistas. Preferimos manter a luta da categoria e aguardar a vitória no julgamento do dissídio pelo Tribunal Superior do Trabalho.

CRIME CONTRA A CATEGORIA

Os ferroviários estavam há mais de cinco anos sem qualquer reajuste salarial, com perdas acumuladas em 54,22%. Quando o vice-presidente do TST, Vantuil Abdala acenou com uma propos-

ta de acordo pela metade deste percentual acumulado, tínhamos plantado em toda a categoria uma expectativa mínima, que foi enfraquecida pelo acordo precipitado dos cutistas. O próprio relator, ministro Moura França, fez um apelo à RFFSA para um acordo que evitasse o julgamento do dissídio. Alegou que "numa situação em que a categoria profissional não recebe reajuste há mais de quatro anos, seria razoável encontrar-se uma solução e espero que os liquidantes sejam capazes de sensibilizar as autoridades do governo federal".

Felizmente, como a grande maioria das entidades de trabalhadores de todo o País, representando 80% dos companheiros ferroviários em todo o País, não aceitamos o acordo nocivo que estabeleceu o criminoso reajuste de 9%. Mantemos nossa honra e posição de luta e colhemos no TST mais do que um reajuste de 14%, mas, principalmente, uma postura de respeito, de honra na defesa dos interesses da categoria.

Sucatearam a Rede e fazem vistas grossas para roubo do patrimônio

Um fato inusitado ocorreu recentemente envolvendo o diretor do STEFBH, David Eliude Silva. O sindicalista foi obrigado a se deslocar rapidamente para chamar a polícia e fazer ocorrência de crime contra o patrimônio da RFFSA. Uma carreta estava abarrotada de materiais da rede, indo para Divinópolis, com a característica dos muitos roubos que se comete contra o "restos mortais" da empresa. David chegou a tempo de fazer uma ocorrência policial, mas foi informado que todo aquele material estaria sendo levado para um museu, que estava sendo construído pela Prefeitura de Divinópolis.

Não é a primeira vez que o líder sindical é chamado para barrar iniciativas suspeitas. Neste ano, em pleno domingo de carnaval, David foi chamado com urgência a Corinto, onde vagões da RFFSA estavam sendo "picados com maçarico". Dez vagões de passageiros foram incendiados, para depois serem criminosamente cortados, para serem vendidos como ferro velho. Com a iniciativa do Sindicato em defesa do patrimônio da Rede, hoje no local funciona um posto da Polícia Militar e da APAE.

Imaginamos o que deve estar acontecendo na vastidão de lugares onde o patrimônio da Rede literalmente apodrece abandonado. Só podemos atribuir esta tragédia à irresponsável omissão do Governo Federal em zelar pelas linhas que abriram como veias os caminhos que desbravaram e desenvolveram o Brasil.

Processo da URP em fase de cálculos

Grande número de companheiros ferroviários mantém enorme expectativa no desenrolar do processo da URP. O STEFBH recebe uma quantidade espantosa de telefonemas da base em busca de informações do processo, de companheiros ansiosos com o desfecho deste processo movido através do sindicato.

Uma empresa contratada em Brasília desenvolve os cálculos individuais de 79.000 ferroviários e deverá ter seu trabalho concluído no mês de setembro/2004. Tão logo tenhamos uma posição definida, informaremos imediatamente aos trabalhadores.

Acordo garante reposição de 5,5% nos salários

O Acordo Coletivo 2004/2005, aprovado pelos trabalhadores, garantiu um reajuste salarial de 5,5% a partir de 1º de maio na MRS Logística. O valor facial dos tíquetes refeição foi reajustado em 10%. Com a negociação coletiva, foi instituído um novo direito para os trabalhadores, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), no valor de R\$ 300, elevando o antigo valor de R\$ 200,00, que era concedido como ajuda de material escolar.

Sindicato faz convênio com BB para empréstimos

Convênio assinado entre a MRS Logística e o Banco do Brasil (BB), com a presença do Sindicato, possibilita aos trabalhadores buscarem empréstimos com taxas de juros bem inferiores às praticadas no mercado financeiro.

Os empréstimos podem ser feitos com prazos de desconto em folha de pagamento de seis a 36 meses e taxas de juros variando entre 1,95% a 2,70%, conforme o tempo de financiamento. As “prestações” não podem exceder a 30% da remuneração. Os empréstimos podem ser formalizados nas agências e nos canais de atendimento do BB.

O convênio, buscado pelo próprio sindicato, ampara-se em acordo com o governo federal, que permite aos trabalhadores adquirirem empréstimos para saldarem dívidas sem recorrer a agiotas ou aos juros escorchantes praticados pelo mercado financeiro. O sindicato, no entanto, alerta aos trabalhadores para a necessária prudência em contrair empréstimos, mesmo que a taxa de juros baixas como as oferecida por este convênio. A presidenta do Sindicato, Edna Bezerra, lembra que “os empréstimos devem ser realizados apenas para saldar dívidas ou gastos emergenciais, evitando gastos desnecessários.

Edna recebe homenagem



Em solenidade realizada no dia 18 de fevereiro, a presidente do STEFB, Edna Ribeiro Bezerra, foi agraciada com uma “Moção Congratatória” concedida pela Câmara Municipal de Divinópolis em projeto do vereador Edson Souza, com a seguinte inscrição no certificado:

“A Câmara Municipal de Divinópolis homenageia em reconhecimento ao seu belo e incansável trabalho social desenvolvido à frente do Sindicato dos Ferroviários de Belo Horizonte, como defensora das causas e interesses da laboriosa classe ferroviária”.

Continuamos sem um governo que valorize os trabalhadores

“A insegurança venceu a esperança.” O País está à mercê da desorganização, estupefato com o abandono dos compromissos que levaram o metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva chegar à presidência da República.

Para quem ganhou o governo com a promessa da criação de alguns milhões de empregos através da ressurreição da atividade produtiva, a confusão administrativa e os constantes escândalos de corrupção deixam a constatação trágica de que nada mudou ou, até mesmo, que piorou em inúmeros setores estratégicos.

Em declarações recentes do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, as metas de inflação deverão ser revistas para cima, como está também indo para cima a variação do dólar, do “risco Brasil” e outros indicadores tão ao gosto dos credores internacionais. Nossa relativa estabilidade econômica dá sinais de ir ladeira abaixo, no desemprego com mais de 13% da população econômica ativa, e a recuperação econômica continua apenas nos discursos empolados dos políticos em época de eleição.

O ARROCHO CONTINUA

O mundo dos trabalhadores continua sendo o ‘olho da rua’. A proposta de reforma trabalhista e sindical continua sendo a grande ameaça so-



O governo mudou só de faixa e mantém o arrocho e anarquia social

bre os sindicatos, instrumentos de mobilização não apenas dos trabalhadores, mas mecanismos utilizados em tantas lutas de caráter social e até mesmo para o processo de democratização do País. Se o sindicalismo foi o alicerce para que o hoje presidente Lula construísse a sua reputação como liderança nacional, o Governo Federal pretende desamarrar e jogar por terra as condições mais favoráveis para a sobrevivência das entidades sindicais. Pior ainda, com as medidas que prevêm o enfraquecimento sindical, o caminho fica liberado para a flexibilização dos direitos trabalhistas, rasgando as conquistas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As duas principais medidas contra os trabalha-

dores, substituição da unicidade pela pluralidade sindical e fim da contribuição sindical, pretendem asfixiar a capacidade de organização e de sustentação financeira dos sindicatos, enfraquecendo as lutas das categorias profissionais.

Tal conjuntura exige a tomada de consciência de todas as categorias que compõem a classe trabalhadora em nosso País. A posição a ser aplicada é a da defesa incondicional dos sindicatos, como mecanismo de luta social e das questões específicas dos trabalhadores. Sem esta compreensão e empenho da sociedade e de todas as categorias profissionais, estaríamos fazendo vistas grossas para a facilitação deste processo de traição aos nossos anseios quando elegemos este governo.